Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Serviço voluntário nas unidades
judiciárias como prática jurídica
para estudantes de direito

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS 200710000013986 e 200710000014840

RELATOR : CONSELHEIRO FELIPE LOCKE CAVALCANTI
REQUERENTE : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
– COMARCA DE ANANINDEUA E TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO : APRIMORAMENTO PRESTAÇÃO JURISDI-
CIONAL – RESOLUÇÃO 11/2006 CNJ – ARTS.
2º – 3º – NECESSIDADE REGULAMENTAÇÃO
VOLUNTARIADO – AMPLIAÇÃO

Acórdão

EMENTA:

**PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. Juiz de Direi-
to do Tribunal de Justiça do Pará e Tribunal de Justiça do Rio Grande do
Sul. Serviço voluntariado no âmbito dos Tribunais.**

I — Entidades públicas de qualquer natureza, abrangendo a administração pública direta e indireta, entre as quais figura o Poder Judiciário, podem estabelecer o serviço voluntário.

II — Experiência recente dos Tribunais, instituídas em razão de suas peculiaridades. Desnecessidade, no momento, de fixação de regras genéricas para que seja estabelecido o serviço voluntário no Poder Judiciário.

III — Atividade do voluntário para fins de comprovação de Atividade Jurídica do Bacharel em Direito, Resolução nº 11 de 31 de janeiro de 2006. O serviço voluntariado, por não possuir atribuições específicas em Lei, não pode ser considerado, para fins da Resolução nº 11/CNJ, como atividade jurídica.

Pedido de providências inacolhido.

Vistos,

Trata-se de Pedido de Providências, proposto pelo magistrado Antônio Jairo de Oliveira Cordeiro, juiz estadual do Pará, em que se requer o seguinte: a) a modificação dos termos da Resolução nº 11 para que seja considerado como prática jurídica o serviço de voluntário de bacharel em direito; b) seja recomendada aos Tribunais “a utilização do serviço voluntário nas unidades judiciárias através do estágio voluntário para estudantes de direito e serviço de ‘assessoramento’ voluntário para bacharéis em direito auxiliarem juízes de direito e diretores de Secretaria na movimentação de processos, minutas de relatórios, despacho e decisões, contando-se o período de prestação de serviço voluntário como atividade jurídica”.

Após enaltecer a atuação dos voluntários nos Tribunais e dissertar sobre sua importância, inclusive para o aprimoramento da prestação jurisdicional, o requerente argumenta que a consideração do tempo de serviço voluntário como atividade jurídica daria grande incentivo ao serviço voluntariado.

É o relatório.

A Lei nº 9.608/98 dispõe sobre serviço voluntário. O art. 1º desta lei apresenta a seguinte definição do serviço voluntário:

Art. 1º — Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que

tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Conclui-se, assim, que as entidades públicas de qualquer natureza, abrangendo a administração pública direta e indireta, entre as quais figura o Poder Judiciário, podem estabelecer o serviço voluntário.

Em pesquisa feita, pode-se notar a presença do serviço voluntariado nos seguintes Tribunais: a) Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul — Resolução nº 130/03 — regulamenta o serviço voluntário no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado; b) Tribunal de Justiça de Pernambuco — Ato nº 206/00 — composição do quadro de voluntários, c) Tribunal de Justiça de Sergipe — Provimento nº 09/01 — cria a figura dos Agentes Voluntários de Proteção da Infância e Juventude; d) Ministério Público da União do Distrito Federal e Territórios — Portaria nº 376/02 — instituiu e regulamentou o serviço voluntário; e) Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Resolução 153, de 5-12-2005 (site: www.trf3.gov.br).

O serviço voluntariado no Poder Judiciário vem sendo estabelecido por cada um dos Tribunais, considerando-se as suas peculiaridades, como por exemplo, deficiências pontuais, demandas técnicas momentâneas e carga horária.

Entendemos, em razão até mesmo de tais peculiaridades, e também porque as experiências com o voluntariado ainda são recentes, que, neste momento, não cabe qualquer recomendação sobre a matéria aos Tribunais.

Quanto à consideração do trabalho voluntário como prática jurídica, pedimos vênias para discordar do entendimento do magistrado. É que, como não há atribuições específicas para o voluntário, mesmo com relação ao bacharel em direito, sua atuação não poderia ser considerada como atividade jurídica.

Na verdade, pelo que se pôde pesquisar, a atividade do voluntário vem sendo considerada, por alguns Tribunais, como título nos concursos públicos. Aliás, no estado do Pará, no Edital nº 9/2002 que regulamentou o ingresso na Carreira da Magistratura, se estabeleceu a pontuação de 0,025 para cada ano completo de atividade voluntária no Poder Judiciário Estadual (item 3.3 “i”).

Ao nosso entendimento, esta seria a solução mais adequada para se fazer atraente o serviço voluntário, ainda mais se considerando que, nos concursos públicos, qualquer acréscimo na pontuação do candidato é de grande interesse.

Neste ponto cumpre fazer uma ressalva quanto ao trabalho do juiz leigo ou conciliador nos Juizados Especiais.

É que tal atividade, que, diga-se, nem sempre é gratuita aos cofres públicos,¹ é considerada, para os efeitos da Resolução 11/CNJ, como atividade jurídica. Isto por força do Enunciado Administrativo nº 03/CNJ.

A razão para tal entendimento é que se considerou que a atividade de conciliação desempenhada perante os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, quando exercida por bacharel em direito (art. 7º da Lei 9.099/95), está compreendida como atividade jurídica específica, compatível com as situações referidas na Resolução nº 11/CNJ. Neste caso, a atribuição singular dos juízes conciliadores e leigos determinou a consideração da sua atuação como atividade jurídica, o que não ocorre com os voluntários em geral.

Aliás, com relação às atividades fins do Poder Judiciário, incluindo-se neste tópico o trabalho de assessoria aos magistrados que consta do pedido inicial, não vemos a possibilidade de se inserir o voluntariado. É que, em face da relevância da atividade, que se confunde com a prestação jurisdicional *stricto sensu*, não se pode admitir voluntários, devendo ser prestadas por servidores ou ocupantes de funções comissionadas.

Deste modo, concluímos que não há, no presente momento, qualquer providência a se adotar.

Ante ao exposto, deixo de acolher o pedido de providências.

Desta decisão intime-se o presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e o magistrado titular da Comarca de Ananindeua, no estado do Pará, com remessa de cópias.

Conselheiro Felipe Locke Cavalcanti
Relator

¹ No estado do Maranhão os conciliadores recebem jeton, no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por audiência. No Acre temos a Lei Complementar nº 90/2001 e a “remuneração bruta” do Conciliador é de R\$ 2.037,37 (dois mil e trinta e sete reais e trinta e sete centavos).